



IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE
III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia
26 a 29 de outubro de 2009 - PUCPR

EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EXPRESSIVIDADE CORPORAL NA PRÁTICA EDUCATIVA

MACHADO, Carmem – UTP
carmem.smachado@hotmail.com

Eixo temático: Diversidade e Inclusão.
Agência financiadora – CNPq

Resumo

Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado em educação defendida no mês de abril de 2009, cujo objetivo foi analisar as possíveis implicações da expressividade do corpo ao lado do indicativo de prática educativa por parte de um professor, em uma escola de assentamento de reforma agrária no Estado do Paraná, com a seguinte pergunta de pesquisa: como a expressividade corporal pode ser identificada na prática educativa do campo? A partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa, por meio de diferentes técnicas, diário de campo, fotos, entrevista metodológica e documentos, estudamos a escola do campo e analisamos o seu contexto; na sequência, as implicações que abrangem os conceitos Escola Rural e Escola do Campo; e, posteriormente, a prática educativa do campo, até chegarmos ao cerne de nossa discussão. Nosso estudo está norteado pelo pensamento de Sucholdoski (2002), que trata da Educação virada para o futuro e a influência da Pedagogia da essência e da Pedagogia da existência. Discutimos a educação do campo e a prática educativa nas escolas de assentamento a partir de pesquisadores e estudiosos que tratam do tema: Caldart (2004a; 2004b) e Bezerra Neto (1999) discutem a proposta pedagógica própria do MST; Beltrame (2000); Bezerra Neto (2003) e Souza (2006a; 2006b) discutem educação, movimentos sociais e prática educativa em escolas de assentamento; Machado (2003) escreve sobre a relação educação e trabalho, e Freire (1997) discute a educação problematizadora. Tratamos da expressividade corporal a partir dos estudos de Silva (2003), que destaca na atividade humana a convivência e a maneira própria dos sujeitos comunicarem corporalmente as idéias e simbolizarem a realidade. Dividimos o artigo em três partes, a saber: educação do campo; prática educativa do campo; expressividade corporal na prática educativa do campo, na qual finalmente trazemos parte da análise dos dados construída em nossa pesquisa.

Palavras-chaves: Educação. Campo. Prática educativa. Corpo.

Introdução

O contexto de nossa pesquisa envolve a relação entre escola e a questão agrária em toda sua complexidade histórica, ou seja, a proposta pedagógica da escola do campo trata,

dentre outros aspectos, da realidade dos sujeitos de direitos; ou seja, o Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST¹ tem buscado, desde a década de 1990, a possibilidade de estudar em seu próprio local de origem e formular sua própria proposta pedagógica.

O objeto de pesquisa localiza-se na prática educativa, no conjunto de relações que se estabelecem entre professor e alunos e entre os próprios alunos, como um **suporte de signos e mensagens**, indicador fundamental para se verificar a configuração teórico-metodológica da prática educativa. Configuração teórica enquanto concepção de educação e, por consequência, configuração metodológica quanto ao trabalho com os elementos articuladores da prática educativa.

Nossa pesquisa buscou embasamento teórico para esclarecer os aspectos históricos e as possíveis imbricações que permeiam o seu contexto. A fundamentação teórica foi construída a partir do ideário de pesquisadores e estudiosos da educação do campo, dentre outros, a saber: Caldart (2004a; 2004b) e Bezerra Neto (2003) contribuem com seus estudos que tratam da proposta pedagógica própria do MST; Beltrame (2002) discute a formação e prática de professores em escolas de assentamento; Bezerra Neto (1999) escreve sobre as práticas educativas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Souza (2006a; 2006b) contribui com suas pesquisas, discutindo, desde a década de 1990, Educação, movimentos sociais do campo e prática educativa do campo. Foram de grande importância para a pesquisa as contribuições dos autores Silva (2003), com a celebração da mística em escolas de assentamento rural; Machado (2003), que discute a relação educação e trabalho, e Freire (1997), que escreve sobre a educação problematizadora.

Encontramos três trabalhos que têm proximidade com a pesquisa: Janata (2004)² desenvolve estudo ligado às questões que tratam das relações entre trabalho e o lúdico/lazer; Ferreira (2002)³ problematiza a dimensão do lúdico e revolucionário nas práticas pedagógicas com crianças e jovens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no

¹ No documento “Normas Gerais do MST”, Capítulo 1, item 6, encontramos: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aparece para o público com a denominação Movimento dos Sem Terra ou simplesmente a sigla MST”. Em nosso estudo, optamos por usar o termo **MST** ou **Movimento** para nos referirmos a ele. Como não é nosso intuito abordar a especificidade do Ideário e Formação do MST, ver em SILVA, **Formação e Ideário do MST**, 2004a.

² A pesquisa é intitulada: “Fuxicando” sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas – jovens – mulheres de assentamentos do MST.

³ O estudo é intitulado “O lúdico e o revolucionário no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a prática pedagógica no Encontro dos Sem Terrinha”.

Estado de Pernambuco, e Silva (2003)⁴ discute questões relacionadas ao movimento do corpo e sua expressividade, porém, diferentemente de nosso estudo, discute o corpo que se expressa na Educação de Jovens e Adultos do MST.

Ao estudarmos uma proposta de Educação que se fundamenta nos princípios pedagógicos e filosóficos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST procuramos compreender uma proposta ressignificada pelos sujeitos que trabalham e vivem na terra e dela buscam sua subsistência, a qual é abordada na primeira facção deste artigo. É neste sentido que, na segunda facção deste artigo, pressupomos que os professores das escolas do campo têm tido a possibilidade de repensar a prática educativa, desenvolver leituras sobre perspectiva crítica de educação, sobre aspectos da cultura dos povos do campo etc. Aliado a isso, o fato de que alguns professores são formados em escolas específicas denominadas Pedagogia da Terra⁵, onde o exercício da liberdade está sendo construído a partir de teóricos socialistas que prezam pela possibilidade dos sujeitos expressarem suas ideias, sem o julgo dos opressores.

Na terceira facção deste artigo trazemos outro pressuposto que consiste em evidenciar, na prática educativa do campo, a expressividade do corpo⁶ do trabalhador e da trabalhadora rural (sujeitos de direitos), integrantes da escola do campo, apresentada como uma linguagem rica em particularidades.

O problema de pesquisa localiza-se numa conjuntura política em que os movimentos sociais do campo vêm ‘dialogando’ com os governos tanto estaduais quanto federal. Muitas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm empreendido eventos de capacitação e formação de professores que trabalham nas escolas do campo. Cabe ressaltar a importância da inclusão de estudos que tratam da expressividade corporal na prática educativa do campo, pois acreditamos que, desta forma, será possível consolidar cientificamente esta temática. Consideramos que confere aos pesquisadores a tarefa de contribuir para o amadurecimento

⁴ Dissertação denominada: "Movimento, Comunicação e Linguagem na Educação de Jovens e Adultos do MST".

⁵ No Paraná, o curso é fruto de parceria entre a Universidade, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Movimento dos Sem-Terra, o movimento social Via Campesina e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A proposta do curso é formar professores aptos a atuar no ensino fundamental e médio, em projetos de assentamentos criados pelo Programa de Reforma Agrária do Governo Federal. Com estrutura diferenciada, a licenciatura prevê módulos presenciais e não-presenciais. Ao final de cinco anos, 60 alunos terão o diploma de Licenciatura em Educação Básica do Campo: Pedagogia da Terra, com atuação interdisciplinar nos ensinos fundamental e médio.

⁶ Ao considerarmos a expressividade do corpo relacionada ao mundo do trabalho, estamos tratando, como contexto de pesquisa, da construção e organização de um mundo coberto de significados: a educação do campo.

científico acerca das produções que tratam do contexto da educação do campo, e, assim, incluí-las nos bancos de dados, pois o acesso ao conhecimento que vem sendo acumulado permite o avanço da pesquisa no campo da Educação.

Educação do campo

A proposta da Escola do Campo envolve a luta do MST por uma escola com características próprias, que valorize o homem e a mulher que vivem *na* e *da* terra. Essa discussão política entre governo e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem colocado o ser humano no centro do diálogo.

Em respeito ao tema central do estudo, vale mencionar que a educação do campo, para os movimentos sociais, busca restabelecer, dentre tantas perdas, os vínculos entre educação e trabalho, na intenção de valorizar aqueles que lutam contra a opressão, a exploração, a dominação e, conseqüentemente, contra a alienação. Existem contradições e peculiaridades em uma sociedade assentada (envolvendo o capital) enquanto apropriação do trabalho. A expropriação da terra e dos meios de subsistência implica não só as experiências pedagógicas, mas a forma em que as concebemos, nomeamos e organizamos.

É neste sentido que o termo **campo** carrega consigo o significado histórico do espaço de disputa e conquista pela terra-educação, ou seja, consiste numa negação histórica do termo educação rural, que impulsionou os movimentos sociais a ressignificarem a si mesmos enquanto sujeitos coletivos. Assim, entendemos que, para o Movimento, os conteúdos e as metodologias de ensino estão voltados aos interesses e envolvimento da comunidade, e, assim, direcionam suas atividades escolares em prol da emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir de valores como cooperação, parceria, solidariedade, autonomia e outros.

Souza (2006a) localiza, no setor de educação do MST, a racionalidade comunicativa como educação dialógica, através de algumas frentes, a saber: o conhecimento é resultado da prática social discutida nos assentamentos; a metodologia utilizada nas oficinas, cursos e seminários valorizam o diálogo; os textos estudados em grupos são seguidos de debates frequentemente referidos nos espaços educativos, ou seja, uma ação feita com os outros e não para os outros.

Nunca é demais mencionar que no campo reside uma nova proposta de educação, que tem possibilitado aos sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra pensarem a educação como forma de estabelecer relações com a materialidade da vida humana, perspectivando na relação trabalho/escola uma das possibilidades de emancipação social.

Quanto a essa questão, concordamos com Machado (2003, p. 114):

Numa concepção de sociedade socialista, a ligação entre ensino e trabalho produtivo adquire um alto valor educativo pelo fato de superar a divisão entre trabalho físico e intelectual, e de, ao fazê-lo, contribuir para o desenvolvimento unilateral do indivíduo, imposto pela sociedade capitalista.

Acerca da relação entre educação e trabalho, a autora escreve que o aprendizado deve ser adquirido pelos sujeitos que passam por todos os sistemas de produção; assim, *as aptidões são valorizadas em diversos sentidos*, em respeito às inclinações naturais de cada sujeito e aos interesses da sociedade.

A proposta de educação do Movimento expõe, dentre suas inúmeras formulações, desde 1990, que os professores tenham autonomia para pensar as suas práticas a partir do bem-estar da massa de trabalhadores, tendo em vista a maioria e não a minoria. A identidade do Movimento vem sendo desenhada pela luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o direito à educação. Caldart (2004a) afirma que o sujeito que vive da terra necessita ser educado em seu local de origem e também que tenha a possibilidade de participar do pensamento sobre o que seja a educação vista de seu lugar de inserção social, ou seja, para a autora, o sujeito de direitos (trabalhadores e trabalhadoras rurais) tem o direito de pensar a sua própria educação.

A maneira própria de pensar a escola do campo tem alcançado dimensões que ultrapassam os limites impostos pelo sistema capitalista aos sujeitos que vivem do campo, demonstrando que há possibilidades de transformações sociais, concretas e efetivas, de uma educação virada para o futuro, conforme afirma Sucholdoski (2002), e que o exercício pedagógico comprometido com esta proposta permite essa materialização.

A mostra efetiva de conquistas que partiram das organizações do campo no âmbito das políticas públicas – dentre as quais destacamos a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo⁷ – abre uma nova perspectiva para a educação

⁷ Embora muitas ações de âmbito governamental impossibilitem a realização e efetivação de propostas em diversos níveis sociais, culturais, políticos e, conseqüentemente, educacionais no Brasil, ainda assim podemos

no país. Concebida em 1998, após muitos encontros, dentre eles o Seminário Por uma educação básica no campo, instituída pela Portaria nº 1.374 de 2003, e alterada pela portaria nº 2.895 de 2003, traz em seu texto atual a identidade da escola do campo⁸. Em 2006, temos no Estado do Paraná a organização das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo⁹, documento oficial que envolveu todas as Escolas e Núcleos Regionais de Educação do Estado e que tem o intuito de fazer ressoar todas as vozes dos professores das escolas públicas paranaenses.

É neste sentido que entendemos que o ser humano não se constitui meramente de matéria, mas comporta sentimentos e necessidades, tanto materiais quanto ideais (políticas), que fazem parte do dia-a-dia dos sujeitos de direitos no assentamento. A mobilização, a organização coletiva e a luta social em prol de melhores condições de vida estão diretamente relacionadas à prática educativa, que envolve e está envolvida com a vida em comunidade e com o pensamento por uma educação do campo.

Prática educativa do campo

A prática educativa, no contexto desta escola de assentamento de reforma agrária (local da pesquisa), envolve e está envolvida por características de origem (identidade social) que possibilitam a união e a ligação entre os sujeitos de direitos: aluno – professor – comunidade, ou seja, as questões históricas de pertencimento a uma classe social (assentados, trabalhadores e filhos de trabalhadores rurais) perpassam a prática educativa, na Escola. Entendemos que a escola guarda apenas uma parte de nossa formação crítica; muito do processo de aprendizagem situa-se fora dela. Ao se entender os processos de escolarização formal, institucionalizados e legalmente salvaguardados, há que se reconhecer que, enquanto sujeitos e convives, levamos para a escola o todo da prática social – alguns chamam de cotidiano – e nela buscamos a contribuição para entendermos e valorizarmos esta prática.

identificar a formulação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, como um marco histórico para a educação do país.

⁸ A identidade da escola do campo é definida por sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (DIRETRIZES..., 2002, p.37).

⁹ O objetivo deste documento é orientar o currículo para toda a Rede Pública Estadual de Ensino no Paraná, pois expressa um conjunto de esforços de professores, pedagogos, equipes pedagógicas dos Núcleos Regionais de Educação e técnico-pedagógico da Secretaria de Estado da Educação – SEED.

Ainda que esta identidade envolva as relações de vizinhança e parentesco que valorizam as festas em comunidade, a celebração da colheita e o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico, as características que comportam a identidade dos sujeitos de direitos imbuídos pelo proceder de trabalho no meio campesino 'não' são consideradas em muitas políticas educacionais que vêm sendo empreendidas em âmbito nacional. Para Souza (2006a), a prática educativa que vem sendo desenvolvida nas escolas do campo contempla, dentre suas inúmeras formulações, a participação ativa dos professores no contexto de inserção social e de classe dos sujeitos e, ainda, a de que os professores das escolas do campo buscam sentido para suas práticas.

Segundo Souza (2006b, p.13):

A prática educativa no movimento social apresenta as angústias do educador, tanto no processo de formação quanto no cotidiano da escola. A busca de sentidos para que se estuda e para o que se pretende ensinar parece ser uma constante na vida do educador.

Ao referir-se à prática educativa (prática pedagógica)¹⁰ nas escolas de Assentamentos de reforma agrária, a autora enumera algumas situações iniciais. Uma delas trata dos sujeitos envolvidos nesta formulação, trabalhadores pertencentes a um movimento social de classe e que diretamente possuem vínculos, a saber: camponês, parente de camponês, bóia-fria, arrendatário, parceiro ou posseiro.

O ser humano, ao entender o real e o necessário, pela apropriação do conhecimento, supre a necessidade de autonomia, e no convívio da coletividade busca desafios em prol da superação, propõe-se como um ser que ao apropriar-se do espaço, desenvolve uma linguagem própria. Para Freire (1997), ensinar exige apreensão da realidade. Devido a essa habilidade, é possível para o educador reconstruir um mau aprendizado. Esse pensamento trata do proceder pedagógico que parte, de onde seja possível, na 'dialogicidade' ao educador ressignificar o conteúdo dado, num eterno fazer e refazer. Por sua vez, Bezerra Neto (1999) registra que a prática educativa no contexto da escola do campo é um princípio norteador de formação integral do sujeito, que envolve a relação entre teoria e prática.

Concordamos tanto com Freire (1997) quanto com Bezerra Neto (1999), pois nesta relação não existe separação entre partes. Este contexto comporta primeiramente a

¹⁰ A autora entende prática pedagógica e prática educativa num mesmo sentido, conforme escreve no capítulo "Prática pedagógica nas escolas dos assentamentos", da referida obra.

valorização do homem e da mulher do campo. Concomitante a tal centralidade, está a relação escola/trabalho, a qual consideramos fundamental: a perspectiva de uma prática educativa (práxis) que não seja fragmentada, mas que conceba a educação como totalidade social, apontando caminhos dentro de seu percurso e não um resultado ou um produto final.

A questão que se coloca no estudo da prática educativa em uma escola de assentamento consiste no reconhecimento das relações inerentes à luta (terra – trabalho – educação) como categoria histórica, em que os sujeitos têm a possibilidade de reinventar, por si mesmos, a realidade.

Acerca deste assunto, Beltrame (2000), em seu estudo de teor qualitativo realizado no oeste catarinense, discute as experiências de professores e professoras das escolas de assentamento organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais e destaca o entrelaçamento existente entre as vivências dos professores, o trabalho pedagógico e a participação política dos professores no MST. Esses elementos, mediados pela cultura camponesa, permitem aos professores desenvolver uma *consciência orgulhosa*¹¹ da prática docente.

Ao pensarmos a prática educativa como suporte (em prol do aprendizado) e imbuída de respostas a questões que envolvem o primado que compõe a Escola do Campo, pensamos a escola como um lugar de formação humana e a educação enquanto vida e trabalho. Uma escola que pressupõe uma perspectiva esperançosa, transportada pelas mãos de seus agentes – a comunidade escolar, o estado e a nação – nos possibilita o entendimento do que seja a expressividade corporal intermediada por uma prática educativa, consciente, que reflita os conhecimentos sistematizados e, por meio de uma perspectiva crítica, de inconformidade com a educação nacional da atualidade, permita aos professores reelaborarem os conhecimentos organizados pelos programas oficiais e vislumbrarem a possibilidade de construírem-se na prática social e aos alunos como sujeitos do processo educativo.

A Expressividade corporal na prática educativa do campo

¹¹ Esta categoria é discutida por Beltrame (2000), em tese intitulada "MST, professores e professoras: sujeitos em movimento". O trabalho busca responder às seguintes questões: a construção do saber docente ligado a um movimento social no campo qualifica o professor para uma trajetória diferente? Aponta uma nova maneira de ensinar na escola no meio rural? Como é construído esse fazer, que saberes são mobilizados? As respostas evidenciam que a formação docente não está limitada aos espaços que são designados para este fim.

Nossa discussão está imbuída do debate educacional que trata da expressividade corporal como suporte da prática educativa, na intenção de destacar uma nova visão, que coloca em pauta um tema marginal, como a negação da identidade – origem – dos sujeitos de direitos, que buscam em sua materialidade (trabalho) a valorização expressiva e criadora de novas possibilidades de acesso crítico à sociedade. Pressupomos o corpo como suporte em prol do aprendizado, imbuído de respostas a questões que envolvem a prática educativa, implicada em questões que têm levado ao pensamento de negação da expressividade do corpo dos sujeitos, e, com esta negação, a materialidade – a identidade – dos sujeitos na escola. Isso não significa excluirmos de nossa discussão que a escola guarda estreita relação com a prática social da sociedade, que pode ou não estar impregnado pelo pensamento capitalista a respeito destes aspectos.

Em nossa pesquisa, identificamos que a ‘celebração da mística’, segundo Silva (2003), consiste num dos elementos que despertam para a formação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como, para a consciência da realidade em que vivem. Um proceder que expressa a busca contínua dos sonhos que se constituem no desejo de uma sociedade mais justa e fraterna.

Ao entendermos que a celebração da vida é denominada *mística* e serve-se de fatos cotidianos e de fatos históricos, reconhecemos neste evento um sinal evidente da crítica dos sujeitos ao sistema capitalista e, portanto, da busca pela emancipação social. Percebemos que muitas mensagens são postas no decorrer da celebração: a expressividade do corpo enquanto linguagem é carregada de signos e comunica fatos, ora simulando o exercício cotidiano de trabalho, plantando e colhendo, ora demonstrando o resultado que se materializa, ou seja, o fruto do trabalho que brota da terra pelas mãos dos trabalhadores, a semente e a plantação que estão sempre presentes na celebração da mística.

Frente a essas constatações, concordamos com Souza (2006a) quando discute a prática educativa nas escolas do campo. Os professores são os sujeitos na elaboração do conteúdo e os conteúdos partem da realidade dos alunos, da comunidade onde está inserida a escola.

Durante as duas etapas da observação, pudemos identificar que a prática educativa envolta pelas relações com os conteúdos, os métodos, os materiais didáticos, a comunidade escolar e o quadro funcional da escola, comportam alguns aspectos

fundamentais, a exemplo da cooperação: são experiências ainda embrionárias na sociedade brasileira, entretanto é importante dar visibilidade a elas de modo que possam ser predominantes num futuro próximo. Na escola pesquisada, identificamos que a prática educativa acontece em cooperação entre professores, comunidade escolar, quadro funcional e outras escolas da comunidade.

Souza (2006a, p. 110) afirma que:

Os professores indicam que há projetos escolares e que eles estão relacionados com a localidade: trabalho com hortas, datas comemorativas, conservação de água, plantio de árvores, etc. Há ênfase na participação da comunidade, uma vez que os professores salientaram a presença dos funcionários da escola e comunidade em alguns projetos

Nesta escola de nossa pesquisa, entendemos que os conteúdos tratados em âmbito da prática educativa envolvem e também estão envolvidos pelas questões de pertencimento dos sujeitos, ou seja, a relação entre educação e trabalho é evidente. Percebemos que não existem métodos didáticos predeterminados, mas que as características que influenciam diretamente o proceder docente estão relacionadas às questões de origem, filho de trabalhador rural, trabalhador rural, assentado e da formação do professor por meio de *programas desenvolvidos pelo MST*.

A ‘proximidade’ dos corpos, no âmbito da prática educativa, mostra-se evidenciada por momentos de co-laboração entre os sujeitos que planejam as atividades da escola. Os alunos brincam juntos e guardam os brinquedos juntos, alimentam-se juntos e, em alguns momentos, preparam o alimento em parceria com professores e o quadro funcional; dividem as tarefas de limpeza e organização. A prática educativa construída no coletivo, na prática social, evidenciada pelo ‘trabalho coletivo’, nos permite entender que a teoria pedagógica da escola do campo é gerada no exercício prático do convívio social.

Em síntese, as categorias que são expressivas no âmbito da sala de aula são: organização coletiva, liberdade, proximidade, dialogicidade, cooperação e pertencimento.

Considerações finais

Nesta escola de assentamento de reforma agrária no Estado do Paraná, observamos que a pedagogia parte das ligações de origem e pertencimento entre os sujeitos; identificamos que o professor da escola pesquisada (sujeito da pesquisa) tem

desenvolvido iniciativas de valorização das relações participativas em sala de aula e da expressividade corporal como apoio para o crescimento entre pares. Evidenciamos que a expressividade corporal na prática educativa se constrói na coletividade, por meio de gestos, nas expressões do rosto, no acolhimento, na motivação, nas danças, nas cantigas, na valorização do conhecimento do outro e nas relações com a realidade desenvolvida na prática social. É nesse sentido que não podemos nos esquecer da formação social, ou pelo menos da importância que esta tem em relação à instrução formal. Temos atribuído pouca importância à vida cotidiana do homem e da mulher em situações sociais concretas.

Finalmente, lembramos Suchodolski (2002, p. 102): “[...] o único caminho que permite resolver a antinomia do pensamento pedagógico moderno é lutarmos por um futuro melhor para o homem”; o programa educativo deve basear-se na compreensão de que o futuro está condicionado ao esforço do trabalho presente, está comprometido com os esforços pessoais e com a responsabilidade, portanto, abrangem elementos inerentes ao trato com as inovações no campo da educação.

REFERÊNCIAS

BELTRAME, Sonia Aparecida Branco. **MST, professores e professoras**: sujeitos em movimento. 2000. 244f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2000.

BEZERRA NETO, Luiz. **SEM-TERRA aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. 2003. 221f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2003.

BRASIL. MEC. DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO. Resolução CNE/CEB Nº 1 de 3 de abril de 2002. Brasília.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Gonzalez Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004a, p. 89-131.

_____. A escola do Campo em movimento. In: ARROYO, Gonzalez Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004b, p. 89-131.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

JANATA, Natacha Eugênia. **Fuxicando sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST**. 2004. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MACHADO, Ilma Ferreira. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral**. 2003. 325f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2003.

MST. Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação nº 08**. São Paulo: MST, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná**, 2006.

SILVA, Samuel Ramos da. **Movimento, comunicação e Linguagem na educação de jovens e adultos do MST**. 2003. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006 a.

_____. A prática educativa e a pesquisa no movimento social. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.1, n. 1, p. 7-18, jan.-jun, 2006b.

SUCHOLDOSKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência**. São Paulo: Centauro, 2002.